

LIVELO S.A.

CNPJ nº 12.888.241/0001-06

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No exercício, a Livelo S.A. registrou faturamento de R\$ 4,4 bilhões e lucro líquido de R\$ 846,1 milhões, o que representou aumentos de 40% e 84%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A margem líquida foi de 19%, crescimento de 5 p.p. versus 2021, enquanto o caixa teve aumento de 12% em relação ao ano passado, atingindo R\$ 3,9 bilhões. O patrimônio líquido foi de R\$ 801,5 milhões e os ativos totais contabilizaram R\$ 5,2 bilhões.

Desse resultado, a Sociedade alocou para a distribuição de dividendos, conforme previsto no seu Estatuto Social, 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Em 2022, a Livelo reforçou sua presença no segmento de varejo, promovendo ações promocionais junto a grandes empresas parceiras, além de adicionar mais de 60 clientes de acúmulo à sua rede. No último trimestre de 2022, a companhia lançou o Shopping Livelo, sua plataforma de *marketplace*, oferecendo mais uma alternativa para

potencializar as vendas dos clientes. O ecossistema da Livelo foi ampliado também com a adição de diversas empresas do setor financeiro, e fechou o ano com total de 26 parceiras. O Clube Livelo foi outro grande destaque do ano ao verificar crescimento de 128% na sua base de assinantes. A representatividade do faturamento de todas essas linhas de negócio passou de 44% em 2021 para 54% em 2022, o que se traduz em maior diversificação das fontes de receita da companhia.

No ano passado, a Livelo consolidou-se como o maior programa de recompensas do Brasil e alcançou a marca de 40 milhões de clientes. A companhia ampliou sua presença no dia a dia dos consumidores e observou crescimento de 24% na quantidade de pessoas engajadas no programa. Mais de 127 bilhões de pontos Livelo foram utilizados em 2022, um aumento de 42% versus o ano anterior. A Livelo consolidou sua estratégia de omnicanalidade ao lançar o produto "Pagar com Pix", uma solução inovadora no segmento de fidelidade, que permite o pagamento de compras em lojas físicas e online com pontos. Essa solução potencializou a utilização dos pontos em despesas rotineiras e reforçou a presença da Companhia no mundo

físico. Lançada no final do ano, já ocupa a quarta posição dentre as possibilidades de resgate mais utilizadas pelos participantes Livelo.

A Livelo também fomentou iniciativas para reforçar sua atuação na esfera ESG, sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance* ou Ambiental, Social e Governança. Em 2022, a companhia obteve a Certificação ISO 14001 e doou pontos Livelo às 15 instituições parceiras. Ainda, a Livelo realizou a segunda edição de programas focados em Diversidade, Equidade e Inclusão tais como estágio com foco em raça e etnia, e para pessoas com mais de 50 anos. A companhia obteve destaque em premiações relevantes como *Great Place To Work®* Brasil, Valor Inovação, Melhores e Maiores da Exame e ReclameAqui.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros comerciais e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Barueri, 30 de março de 2023

A Administração

Demonstrações dos resultados dos exercícios			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
<i>(Em milhares de reais exceto o Lucro Líquido por ação)</i>			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	27	4.014.838	2.868.386
Custo com resgate de pontos	28	(2.832.596)	(1.998.723)
Lucro bruto		1.182.242	869.663
Receitas/(despesas) operacionais			
Pessoal	29	(155.745)	(109.460)
Gerais e administrativas	30	(321.580)	(239.862)
Resultado com equivalência patrimonial	12	19.772	-
Outras receitas/(despesas)	31	34.569	(6.780)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		759.258	513.561
Receitas financeiras	32	527.553	182.145
Despesas financeiras	32	(26.946)	(13.924)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.259.865	681.782
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	26.a	(348.755)	(233.818)
Diferidos	26.a	(64.991)	10.746
Lucro dos exercícios		846.119	458.710
Lucro por lote de mil ações em R\$		6,0828	3,2977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
	Nota	2022	2021
Resultado dos exercícios		846.119	458.710
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		846.119	458.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro dos exercícios		846.119	458.710
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.a	64.991	(10.746)
Depreciações/amortizações	30	4.532	5.237
Perdas na alienação do imobilizado	13	-	3.788
Provisão para perdas esperadas	31	(3.410)	6.628
Resultado com equivalência patrimonial	12	(19.772)	-
Passivos contingentes		2.161	896
Juros sobre arrendamento	21	342	1.004
Ganho de capital	31	(31.355)	-
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais		(338.489)	(106.183)
Caixa a receber		61.691	(102.536)
Despesas antecipadas		(10.413)	(4.568)
Adiantamento a fornecedores		65.835	(108.893)
Outros créditos		(3.443)	(2.776)
Depósitos judiciais		(2.129)	(631)
Fornecedores		(28.033)	86.695
Contas a pagar operacional		(133.069)	48.417
Salários e encargos		14.409	8.665
Impostos e contribuições a recolher		289.879	302.547
Impostos pagos		(277.984)	(295.088)
Obrigações com parceiros		569.488	290.892
Outras contas a pagar		2.299	21.637
Arrendamento mercantil a pagar		(1.878)	(5.987)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.071.771	597.708
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de coligada		(212.954)	-
Juros sobre capital próprio		9.157	-
Adições ao imobilizado e intangível		(6.043)	(4.834)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(209.840)	(4.834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	25.d	(455.911)	(295.731)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(455.911)	(295.731)
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		406.020	297.143
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		3.510.183	3.213.040
Saldo final		3.916.203	3.510.183
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		406.020	297.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
1. Contexto operacional			
A Livelo S.A. ("Sociedade" ou "Livelo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, nº 512, 1º andar, Edifício Condomínio Evolution Corporate, Alphaville, tendo como acionista a Elo Participações Ltda. ("EloPar") cujos controladores indiretos são o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.			
A Sociedade tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.			
2. Base de preparação			
a. Declaração de conformidade			
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).			
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2023.			
b. Moeda funcional e moeda de apresentação			
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.			
c. Uso de estimativas e julgamentos			
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.			
Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas.			
As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:			
- <i>Breakage</i> .			
Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do <i>breakage</i> é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de <i>breakage</i> .			
- Realização dos créditos e débitos tributários:			
Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Sociedade na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.			
- Perda de crédito esperada:			
A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.			
- Avaliação das provisões de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias:			
A Sociedade possui processos trabalhistas, cíveis e tributárias em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.			
d. Normas emitidas ou alterações			
d.1. Normas emitidas, vigentes			
As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo IASB, não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:			
• CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" - Custos para cumprir um contrato;			
• CPC 06 "Arrendamentos" - Benefícios relacionados a COVID concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021;			
• CPC 15 "Combinações de Negócios" - Referências à estrutura conceitual;			
• CPC 27 "Ativo imobilizado" - Receitas antes do uso pretendido.			
d.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes			
As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo IASB, mas não foram adotadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:			
• CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;			
• CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" - Divulgação de Políticas Contábeis;			
• CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" - Definição da estimativa contábil - Definição de estimativa contábil;			
• CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação;			
• CPC 50 "Contratos de Seguro" - Princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.			
A Sociedade não espera impacto relevante da adoção dessas alterações.			

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transiram pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Despesas antecipadas

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Sociedade e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 12.

Conforme o CPC 18, Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Conforme o CPC 18, em seu item 5: "Se o investidor mantém direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Por outro lado, se o investidor detém, direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. A propriedade substancial ou majoritária da investida por outro investidor não necessariamente impede que um investidor tenha influência significativa sobre ela".

Conforme o CPC 18, em seu item 6: A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.

Adicionalmente, a Lei das Sociedades por Ações também traz em seu artigo 248 a seguinte orientação:

"Art. 248. No balanço patrimonial da sociedade, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial".

e. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Benefeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos - Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

g.1 Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

g.2 Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livelu S.A. (Em milhares de reais)

valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
 - Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
 - Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.
- Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
- O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

i. Ativos e passivo contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento da receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato;
 - Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;
 - Etapa 3: Alocação do preço da transação;
 - Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
 - Etapa 5: Reconhecimento da receita.
- Desta forma, a Livelu classifica suas receitas em três tipos: Resgate de pontos, *Breakage*, e Comissão de Vendas.

Receita de resgate de pontos: A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelu.

Receita de breakage: Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, e o reconhecimento gradual dos pontos que vão expirar, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*. O reconhecimento da receita ocorre quando os pontos são expirados efetivamente, e pela estimativa de pontos que vão expirar.

Receita sobre comissão de vendas: Refere-se a receita gerada pela utilização da plataforma e serviço, é cobrado um valor de comissão do Parceiro.

k. Custo com resgate de pontos

Refere-se à obrigação que a Livelu tem de pagamento aos parceiros, ou seja, todo o resgate no catálogo e transferência de pontos no site da Livelu.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

m. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Livelu incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	1.400	1.533
Fundos de investimentos (a)	3.876.268	2.862.755
Certificado de depósito bancário - CDB (b)	38.535	645.895
	3.916.203	3.510.183
	3.916.203	3.510.183

Circulante

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos, que tem como política e objetivo investir em títulos de renda fixa referenciados pelo DI. Estes fundos são administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Asset Management, e possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

As aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

5. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	2022		2021		
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fundos de investimentos	VJR	3.876.268	3.876.268	2.862.755	2.862.755
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	38.535	38.535	645.895	645.895
	Custo				
Contas a receber	amortizado	799.704	799.704	461.240	461.240
		4.714.507	4.714.507	3.969.890	3.969.890

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação.

	Classificação	2022	2021	Nível
Fundos de investimentos	VJR	3.876.268	2.862.755	Nível 2
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	38.535	645.895	Nível 2
	Custo			
Contas a receber	amortizado	799.704	461.240	Nível 3
		4.714.507	3.969.890	

Não houve transferência entre níveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores

6. Contas a receber, líquido de perdas esperadas

	2022	2021
Contas a receber partes relacionadas (NE 23)	687.090	402.038
Contas a receber de clientes	116.127	62.690
Provisão para perdas esperadas	(3.513)	(3.488)
	799.704	461.240
	799.704	461.240

Circulante

A provisão de perda esperada de clientes da Sociedade, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Sociedade dispõe de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default". A movimentação da perda esperada é como segue:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(3.488)	(2.357)
Acréscimos	(10.835)	(4.184)
Reversões	10.810	3.053
	(3.513)	(3.488)

Saldo no final do exercício

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados à Contas a Receber de Clientes, e Contas a Receber de Partes Relacionadas.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Sociedade conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 33.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC 48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apurou contratos em inadimplência com vencimentos acima de 60 (Sessenta) dias no montante total de R\$ 589 que corresponde a um índice de aproximadamente 0,08% de toda a carteira a receber de clientes.

O modelo de perda esperada considera na sua

→★ continuação

Empresa	Capital social	Participação no Investimento	Resultado do exercício	Quantidade de ações	Participação no Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Cielo S.A.	5.700.000	2,33%	1.714.680	63.147.098	254.924	19.772
					254.924	19.772

Ainda que tenham sido adquiridas ações que importem em um percentual de participação inferior a 20%, fica claro a Influência Significativa, devido as Sociedades terem membros do Conselho de Administração da Livelos S.A. no Conselho de Administração da Cielo S.A. que indica a participação em tomadas de decisões e demais políticas.

Para efeito de cálculo de equivalência patrimonial foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2022 de acordo com o artigo 248 da Lei nº 6.404/76:

"I - O valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas."

	2022	2021
Instalações	2.634	871
Móveis e equipamentos de uso	2.472	1.206
Software e aplicativos	15.955	3.725
Equipamentos de informática e telecomunicações	576	54
Benefetórias em imóveis de terceiros	3.567	1.125
Direitos de uso sobre bens	11.206	6.199
	36.410	12.860

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado é conforme segue:

	Saldo final 31.12.2021	Adições	Depreciação acumulada	Saldo Final 31.12.2022
Instalações	871	669	(215)	1.325
Móveis e equipamentos de uso	1.206	402	(217)	1.391
Software e aplicativos	3.582	1.237	(1.094)	3.725
Equipamentos de informática e telecomunicações	48	32	(26)	54
Benefetórias em imóveis de terceiros	954	709	(538)	1.125
Direito de uso sobre bens	6.199	—	(2.010)	4.189
	12.860	3.049	(4.100)	11.809

Não ocorreram baixas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. No exercício de 2021 foram realizadas baixas nos ativos imobilizados no montante de R\$ 3.788.

14. Intangível

	2022	2021
Software e licenças de uso	2.552	961
Projetos	2.994	—
	5.546	1.343

A movimentação dos saldos do intangível é conforme segue:

	Saldo final 31.12.2021	Adição	Amortização	Saldo final 31.12.2022
Software e licenças de uso	1.343	—	(382)	961
Projetos	—	2.994	(50)	2.944
	1.343	2.994	(432)	3.905

Nos exercícios de 2022 e 2021, não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

15. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores (a)	66.623	95.081
Outros	440	15
	67.063	95.096

(a) Refere-se substancialmente a aquisição pontos com parceiros

16. Contas a pagar operacionais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a pagar operacionais é de R\$ 32.696 (R\$ 165.765 em 31 de dezembro de 2021), e corresponde aos valores a serem repassados aos parceiros de vendas através do resgate dos pontos pelos usuários.

17. Salários e encargos

	2022	2021
Gratificações	35.389	23.937
Provisão de férias	7.455	5.664
Encargos sociais	5.639	4.701
Outros	1.191	963
	49.674	35.265
Circulante	41.422	29.087
Não circulante	8.252	6.178

18. Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
COFINS	19.437	15.891
PIS	4.118	3.379
Contribuições sociais retidas na fonte	3.940	—
IRPJ	3.158	—
IRRF a recolher	2.842	2.494
Outros	1.081	1.042
ISS	232	118
INSS	15	4
	34.823	22.928
Circulante	34.823	22.928
Não circulante	—	—

19. Passivos contingentes

Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c. Obrigações legais - tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	2022	2021
Tributárias	22.378	20.151
Cíveis	659	725
	23.037	20.876

Circulante 659 725
Não circulante 22.378 20.151

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Saldo final 31.12.2021	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização	Saldo final 31.12.2022
Tributárias	20.151	—	—	2.227	22.378
Cíveis	725	256	(2.147)	1.825	659
	20.876	256	(2.147)	4.052	23.037

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente.

	2022	2021
Trabalhistas	147	151
Cíveis	2.206	1.149
	2.353	1.300

20. Obrigações com parceiros

	2022	2021
Receita diferida de pontos (a)	3.698.032	3.170.103
Custo de resgate de pontos	226.267	185.702
Provisão pontos doados	2.570	1.576
	3.926.869	3.357.381
Circulante	3.926.869	3.357.381
Não circulante	—	—

(a) Refere-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livelos S.A. (Em milhares de reais)

21. Arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente tem duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). E a periodicidade de pagamento da parcela do arrendamento é liquidada mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	Saldo final 31.12.2021	Adição	Baixas	Aluguéis	Juros	Saldo final 31.12.2022
Arrendamento mercantil	6.936	—	—	(1.878)	342	5.400
	6.936	—	—	(1.878)	342	5.400
Circulante	1.885	—	—	—	2.199	2.199
Não circulante	5.051	—	—	—	3.201	3.201

a. Opções de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem a opção de renovação sem data limite estipuladas para requerimento por parte da companhia observando somente que no vencimento do contrato vigente a companhia deverá devolver o espaço ou itens arrendados objeto do contrato em perfeitos estado de conservação.

b. Taxas de desconto

A taxa de desconto considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidência as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	2022	2021
Ano 2022	6,40	—
Ano 2023	13,03	—
Ano 2024	9,42	—

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nominal	Ajustado	Valor Presente
Fluxos de caixa	—	—	—
Contraprestação do arrendamento	5.766	—	5.400
PIS/COFINS potencial (9,25%)	533	—	499

22. Outras contas a pagar

	2022	2021
Provisão de marketing	36.495	43.582
Desenvolvimento, manutenção e suporte (a)	34.692	26.268
Serviços profissionais	6.323	7.139
Contas a pagar - partes relacionadas CAC (NE 23)	3.980	(1.049)
Outras contas a pagar	1.148	1.396
Comissão	253	3.256
	82.891	80.592
Circulante	82.891	80.592
Não circulante	—	—

(a) Refere-se substancialmente a valores de infraestrutura (banco de dados, *data center*, prevenção a fraude).

23. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda.), investida com influência significativa (Cielo S.A.) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Banco Digio S.A.

	2022	2021
Ativo	—	—
Recargas	—	—
Passivo	—	—
Ativo	—	—
Recargas	—	—
Passivo	—	—

Caixa e equivalentes de caixa (a)

	2022	2021
Banco Bradesco S.A.	2.885.485	309.868
Banco do Brasil S.A.	1.030.045	122.052
Banco Digio S.A.	669	14.936

Contas a receber

	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	127.318	—
Banco Bradesco S.A.	120.380	—
BB Cartões	2.518	—
Cielo S.A.	424.512	7.027
Elo Participações Ltda.	—	9

Dividendos a pagar

	2022	2021
Elo Participações Ltda.	(211.530)	—

Outras contas a pagar

	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	—	(649)
Banco Bradesco S.A.	—	(1.110)
Elo Participações Ltda.	(3.980)	(31.472)

(a) As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, todos com liquidez diária estão apresentados no valor bruto.

24. Remuneração pessoal-chave da Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	2022	2021
Salários e benefícios de curto prazo	10.454	9.440
Bônus de longo prazo	1.335	—
	11.789	9.440

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 139.100 (R\$ 139.100 em 31 de dezembro de 2021) representado por 139.100.000 (cento e trinta e nove milhões e cem mil) de ações, sendo 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentas e cinquenta mil) de ações ordinárias e 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentas e cinquenta mil) de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro 2021 é a seguinte:

	2022	2021
Quantidade de ações	139.100.000	139.100.000
Participação %	100%	100%
Quantidade de ações	139.100.000	139.100.000
Participação %	100%	100%

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido de o montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição da reserva legal, pois ela encontra-se no limite de 20% do capital, totalizando o montante de R\$ 27.820.

c. Reserva de expansão

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Sociedade e das projeções realizadas para os negócios no ano corrente, a Sociedade entende necessária a criação da reserva de expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 6 de maio de 2022 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva do ano de 2021, no montante de R\$ 341.933.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de reserva de expansão é de R\$ 634.589 (R\$ 341.933 em 31 de dezembro de 2021).

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 6 de maio de 2022, a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos no montante de R\$ 455.911 (R\$ 295.731 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 113.978 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 341.933 de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Sociedade provisionou dividendos no montante de R\$ 211.530 em 31 de dezembro de 2022, referente a parte do lucro líquido do exercício de 2022 (R\$ 113.978 em 31 de dezembro de 2021).

26. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) deduzido das participações no resultado	1.259.865	681.782
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	428.354	231.806

Efeito no cálculo dos tributos:

	2022	2021
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	735	305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.512	1.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.991	(10.746)

→ continuação

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Exposição ao risco de mercado	3.914.804	3.508.650
Choque 300bps R\$/MM	33.420	10.351
Choque 300bps % PL	4,2%	2,0%

A sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizadas e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	67.063	67.063	-
Contas a pagar operacionais	32.696	32.696	-
Salários e encargos	49.674	41.422	8.252
Dividendos	211.530	211.530	-
Impostos e contribuições a recolher	34.823	34.823	-
Passivos contingentes	23.037	659	22.378
Obrigações com parceiros	3.926.869	3.926.869	-
Arrendamento mercantil a pagar	5.400	2.199	3.201
Outras contas a pagar	82.891	82.891	-
Passivo fiscal diferido	14.830	-	14.830
Total	4.448.813	4.400.152	48.661

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livo S.A. (Em milhares de reais)

Os valores registrados em "Contas a pagar operacionais", decorrem dos eventos de resgate de pontos pelos usuários no programa de recompensas da Sociedade, o qual gera o evento de contas a pagar para o respectivo parceiro de vendas.

Dado o modelo de negócio da sociedade em administrar o programa de recompensas, todos os valores dos recursos em "Contas a pagar operacionais", são considerados com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

Os valores registrados em "Obrigações com parceiros" referem-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

O prazo médio de resgate de pontos pelos usuários dos programas da Livo gira em torno de 642 (seiscentos e quarenta e dois) dias corridos, conforme histórico de clientes até o período de fechamento do exercício, desta maneira observamos uma baixa probabilidade de necessidade de liquidez imediata frente a todas as obrigações com o estoque de pontos atual da Sociedade.

A Sociedade possui um saldo total de caixa e equivalentes em cerca de R\$ 3.916.203 (NE 4).

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d) Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

Diretoria

Andre Fehlauer - Diretor Presidente

Esther Dalmas - Diretora Executiva

Leandro Jose Susin - Diretor Executivo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "EloPar" controladora da Sociedade.

e) Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional, é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Livo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

34. Cobertura de seguros

A Sociedade tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 4.361 (R\$ 25.395 em 31 de dezembro de 2021) para danos materiais e R\$ 120.000 (R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2021) para responsabilidade civil.

35. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2023 a Livo reconheceu perda no montante de R\$ 11,8 milhões referente ao impacto proveniente de uma empresa de grande porte do setor de Varejo que entrou em recuperação judicial.

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Carlos Massao Takahashi
Contador - CRC 1SP206103/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>